

O ITAMARATY E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REPRESSÃO AO COMUNISMO: revisão e novos apontamentos historiográficos

Adrianna Cristina Lopes Setemy
(Universidade Federal do Amapá - UNIFAP)

Resumo: Malgrado os esforços encetados por analistas integrantes e ex-integrantes da carreira diplomática, além de analistas externos, com vistas a consolidar uma prática discursiva e memorialística que caracteriza o Itamaraty e seu corpo funcional pela independência e distanciamento em relação a querelas partidárias e ideológicas, a análise dos telegramas trocados entre o Itamaraty e suas embaixadas na Argentina e no Uruguai, entre 1935 e 1966, demonstra que foi no luxo das repartições diplomáticas que os chanceleres participaram de maneira decisiva das atividades de informação e segurança do Estado brasileiro contra a ameaça representada pelo “perigo comunista”, através da execução de tarefas rotineiras, como a redação de informes sobre as atividades de brasileiros exilados no exterior, a presença ou passagem pelo Brasil de estrangeiros considerados suspeitos por ideias e atividades políticas.

Palavras-Chave: diplomacia, comunismo, Informações

Abstract: Despite the efforts of analysts that were members and former members of the diplomatic career, and outside analysts, to consolidate a discursive and memorialistic practice that characterizes the Foreign Ministry and its staff for independence and detachment from the partisan and ideological quarrels, the analysis of telegrams exchanged between Itamaraty and their embassies in Argentina and Uruguay, between 1935 and 1966, shows that was in the luxury of diplomatic offices that chancellors decisively participated of information and security activities of the Brazilian State against the danger posed by "communist threat", by performing daily tasks, such as writing informs on the activities of Brazilian exiles abroad, the presence or passage by Brazil of foreign suspects considered by political ideas and activities.

Keywords: diplomacy, communism, Information

Silêncios e indícios historiográficos

Desde os mais antigos registros da produção do conhecimento histórico é possível verificar o interesse dos investigadores em compreender as atividades de Estado e de governo na esfera internacional, sobretudo nos momentos de guerra. Sob a denominação de história diplomática, pode-se dizer que este domínio ocupou lugar de prestígio no século XIX, quando a disciplina adquiriu status científico. Ranke, principal expoente do historicismo alemão, propunha uma história com três dimensões principais: o estudo dos acontecimentos internos

das grandes potências européias, dos movimentos coletivos e forças resultantes da experiência institucional, religiosa e social, e das relações entre os Estados, dando ênfase ao confronto entre eles.

Entretanto, o início do século XX, marcado por convulsões e rupturas com o passado e o *establishment* em diferentes esferas da vida social, presenciou também, especialmente na França, os primeiros bombardeios contra a história política, encetados por um grupo de historiadores posteriormente denominado de “Escola dos Annales”,¹ que defendia a necessidade de uma história mais abrangente e totalizante em oposição a um fazer historiográfico tradicional de natureza episódica, linear e limitado aos grandes acontecimentos políticos, aos jogos de poder entre grandes personagens (homens ou países) e à pesquisa aos documentos “oficiais”. Os esforços destes “revolucionários” no sentido de derrubar o “Antigo Regime” da historiografia e se afirmarem enquanto “fundadores” de um “novo tempo” na produção do conhecimento histórico, acarretaram um processo de crescente caricaturização da história política, que passou então a ser arbitrariamente associada à concepção de “história positivista”, até cair, finalmente, em profundo ostracismo e descrédito. A fim de rebater as acusações do grupo dos *Annales*, René Remond, auxiliado por onze historiadores dedicados ao estudo de temas contemporâneos e aglutinados em torno da *Fondation Nationale de Sciences Politiques* e da Universidade de Paris X – Nanterre publicou, em 1988, o livro *Pour une Histoire Politique*,² que consistia em um inventário dos estudos de história política que estavam sendo realizados na França, a fim de chamar atenção para as novas abordagens, objetos e problemas daquele domínio da História. Neste movimento de renovação da história política teve papel central a aproximação da disciplina histórica com outras disciplinas, principalmente com a ciência política. Foi a partir do uso de alguns de seus métodos, tais como a quantificação dos votos e a análise das tendências eleitorais, que o tema da participação na vida política passou a ocupar um espaço de destaque na produção historiográfica e resultou no desenvolvimento de estudos sobre processos eleitorais, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública e mídia. Por outro lado, os contatos com a sociologia, a lingüística e a antropologia, especialmente através de noções como “imaginário social”, promoveram uma associação entre a história política e o simbólico que resultou na proliferação de estudos históricos sobre a sociabilidade, a cultura política e o discurso.

Assim como aconteceu com a história política, a história diplomática ficou estigmatizada como História oficial das grandes nações, dos grandes homens e acontecimentos políticos. Mas à diferença da primeira, que entre altos e baixos conseguiu reafirmar-se no ambiente acadêmico nas duas últimas décadas, a história diplomática não

conseguiu reabilitar-se sob este mesmo “rótulo” e assumiu, assim, uma nova designação: história das relações internacionais. Esta proposta teve origem na escola historiográfica francesa e surgiu como um campo de pesquisa mais abrangente, que contemplaria as complexidades inerentes ao seu objeto de pesquisa, sobretudo, sem fazer apologia às ações dos homens de Estado e aos grandes acontecimentos políticos.³

Pode-se dizer que as Relações Internacionais enquanto campo de estudo é algo relativamente recente, que se constituiu imediatamente após a Primeira Guerra Mundial (1914-18) a partir da necessidade de compreender os fatores que engendraram a guerra e o que deveria ser feito dali por diante para preveni-la. Ainda em 1919, foi criado na Universidade de Gales, na Inglaterra, o Departamento de Política Internacional, ficando esta data conhecida como o nascimento institucional da disciplina de Relações Internacionais. Em 1936, passou a lecionar neste departamento Edward Hallett Carr, considerado um dos “mitos fundadores” do novo campo de pesquisa, e cujo livro *The twenty years crisis*,⁴ publicado em 1939, deu início ao debate teórico na disciplina. Mas foi, sobretudo, nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial (1939-45) que este campo se desenvolveu e institucionalizou com grande velocidade. Em sua origem, esteve marcado pela aproximação com a História, o Direito Internacional e a Ciência Política, mas vem paulatinamente se diferenciando destas disciplinas e de suas metodologias de pesquisa e adquirindo traços próprios, ainda que continue intimamente relacionada a elas, podendo-se mesmo afirmar que tem como principal marca distintiva a interdisciplinariedade. Nas palavras de Philippe Braillard: “*Aujourd’hui, les relations internationales constituent un champ d’étude spécifique et autonome; elles n’en relèvent pas moins de disciplines nombreuses et diverses, en raison de leur nature complexe et multidimensionnelle*”.⁵

No que se refere mais especificamente ao domínio da história das relações internacionais, data da década de 1970 a sua institucionalização no mundo acadêmico, com a criação de departamentos, periódicos, associações de pesquisa e a realização de eventos dedicados ao estudo de assuntos internacionais a partir de uma abordagem histórica.⁶ Para Zara Steiner, entretanto, o verdadeiro marco de transição entre a história diplomática tradicional e a história das relações internacionais foi a publicação dos trabalhos do historiador francês Pierre Renouvin e a criação, em 1935, do Instituto Pierre Renouvin, na Sorbonne. Segundo a autora, a partir da elaboração do conceito de “Forças Profundas”, Renouvin não apenas revigorou o papel do Estado na História e a pesquisa nos arquivos diplomáticos, mas também trouxe à tona a História Econômica e Social, a História das Idéias e das Instituições como perspectivas de abordagem dos problemas relacionados ao ambiente

internacional. Com Jean-Baptiste Duroselle, seu sucessor no Centro Pierre Renouvin, escreveu *Introduction à l'histoire des relations internationales*,⁷ publicado em 1964. Duroselle, por sua vez, publicou *Tout empire périra*,⁸ em 1981, obra dedicada à metodologia em estudos de relações internacionais, e foi substituído na direção do Instituto Renouvin por René Girault e Robert Frank. Na introdução a uma reedição da obra de Renouvin e Duroselle, Girault explicitou que os autores promoveram uma revolução epistemológica de amplitude semelhante à dos *Annales* em um domínio particular da História, qual seja, o das relações entre os Estados ou entre os homens separados pelas fronteiras.⁹

No Brasil, o aparecimento e amadurecimento da disciplina é ainda mais recente, podendo-se dizer que foi apenas a partir dos anos 1980 que ela adquiriu um estatuto próprio, enquanto um campo de conhecimento voltado exclusivamente para o estudo da política externa e das relações exteriores do Brasil. Segundo Paulo Roberto de Almeida, aquela década assistiu a uma verdadeira explosão em termos de produção acadêmica e diplomática sobre os mais diversos temas de Relações Internacionais e de Política Externa, seja como resultado do crescente profissionalismo e especialização na academia, seja em virtude da maior abertura da diplomacia profissional às trocas com o ambiente acadêmico. A interação entre estes dois grupos de estudiosos da política externa e relações exteriores do Brasil resultou em projetos concretos de cooperação, mesmo que a partir de perspectivas analíticas distintas. Além disso, a implementação do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), como órgão subsidiário da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), que havia permanecido pouco operacional desde a sua criação em 1971, impulsionou a realização de seminários, a contratação de estudos especializados independentes (sobretudo do CPDOC/FGV e do IUPERJ) e a publicação de trabalhos internos e externos à Casa de Rio Branco. Dentre os principais gêneros de trabalhos publicados pelo IPRI/Funag, destacaram-se: teses produzidas por diplomatas como requisito de conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, geralmente relacionadas a temas específicos ou sínteses de cunho histórico, depoimentos prestados a entidades como o CPDOC e publicação individual de memórias ou de coleções de trabalhos de ex-funcionários do Itamaraty e ministros das Relações Exteriores, cadernos especiais compilando trabalhos de alunos do IRBr, estudos encomendados a especialistas dentro e fora da Casa de Rio Branco e textos apresentados em seminários promovidos pelo IPRI. Estudos de caráter analítico-descritivo das peculiaridades e tendências da produção brasileira em história das relações internacionais demonstram que a partir daí se seguiu uma progressiva institucionalização e profissionalização deste campo de pesquisa no Brasil.¹⁰

Entretanto, nota-se que apesar do crescimento qualitativo e quantitativo da produção acadêmica e diplomática sobre os mais diversos temas de Relações Internacionais e de Política Externa brasileira, ainda existem lacunas e silêncios que precisam ser melhor explorados. Como exemplo, podemos mencionar a escassez de trabalhos que abordam a vertente propriamente institucional do Itamaraty, destacando-se isoladamente as pesquisas de Flávio Castro,¹¹ Cheibub¹² e Cristina Patriota.¹³

No início do século XX, emergiram da elite intelectual brasileira “historiadores diplomatas”, tais como Duarte da Ponte Ribeiro, Varnhagen, Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Pandiá Calógeras, que produziram grandiosas obras no campo da historiografia diplomática e ilustram a “osmose” entre a atividade de pesquisa histórica, a reflexão intelectual e a atuação política de cada um deles no campo da diplomacia. Caracterizadas por uma narrativa superficial e linear dos fatos, suas obras são representativas da chamada história diplomática tradicional, uma tendência comum a época não só no Brasil, mas em outras partes do mundo, que veiculava interpretações conduzidas de dentro das nações, limitadas quanto ao objeto, às fontes e à capacidade explicativa, comprometidas em reproduzir os argumentos defendidos pelas respectivas chancelarias.

A criação do Instituto Rio Branco, em 1945, estimulou os estudos diplomáticos e, por esse motivo, representou um avanço desse gênero historiográfico. A partir dos anos 1950 e 1960, o campo antes restrito aos intelectuais diplomatas passou a ser ocupado também por acadêmicos, com uma predominância de especialistas da área de Ciência Políticas, cujas produções de caráter mais analítico, crítico e prescritivo, geralmente balizadas por conceitos extraídos da Ciência Política e da Sociologia, representaram uma verdadeira ruptura em relação à fase anterior, de caráter apologético e oficialesco. Nesta fase, uma das problemáticas privilegiadas nos trabalhos acadêmicos foi a questão da autonomia ou da independência nacional, destacando-se os trabalhos de Hélio Viana, José Honório Rodrigues, Carlos Delgado de Carvalho, Celso Lafer e Hélio Jaguaribe.

Os anos 1980 assistiram a uma verdadeira explosão de produções acadêmicas e diplomáticas sobre temas diversificados no campo das Relações Internacionais e da Política Externa brasileira, bem como a separação entre acadêmicos e diplomatas, em consequência de uma maior profissionalização das Relações Internacionais enquanto campo de estudo e do aperfeiçoamento de métodos modernos de análise, que resultou no surgimento de um maior número de projetos de cooperação entre o universo acadêmico e diplomático para a produção do conhecimento. Mais recentemente, a produção puramente acadêmica vem ganhando ritmo e importância crescente, sobretudo na área de história das relações internacionais, renovada a

partir dos trabalhos de Gerson Moura, José Luis Werneck da Silva, Seitenfus, Clodoaldo Bueno e Amado Cervo, tendo os dois últimos se destacado pelo aprimoramento do gênero de síntese da política externa brasileira com a obra *História da política exterior do Brasil*. Publicada primeiramente em 1986 e depois em 1992, com reedições atualizadas em 2002 e 2006,¹⁴ a obra tem como objetivos principais consolidar o conhecimento já elaborado por obras anteriores sobre as relações internacionais do Brasil, e a partir desta síntese oferecer uma nova interpretação histórica para o passado das relações internacionais do país, no extenso período que vai de 1822 até os nossos dias. Embora o Estado e a documentação diplomática ocupem um lugar privilegiado na elaboração da periodização e construção da narrativa, os autores levam em conta também outros atores e forças que conduzem os rumos da política externa, o que nos permite caracterizar a obra como uma nova história diplomática.

Ainda que represente uma importante contribuição para a renovação da historiografia das Relações Internacionais o fato de considerar, para além do Estado, novos atores e forças atuantes no cenário internacional, a obra de Cervo e Bueno ainda está restrita a um esquema interpretativo que enfatiza a busca incessante do desenvolvimento econômico e o papel do Estado brasileiro nesse processo através de seu dileto representante para assuntos internacionais, o Itamaraty. Percebe-se, portanto, que apesar dos avanços descritos, no Brasil a historiografia das relações internacionais continua privilegiando a colaboração do Ministério das Relações Exteriores e da diplomacia para a realização dos interesses da política econômica, visando primordialmente o seu papel na inserção e no desenvolvimento econômico do país.

Pode-se mesmo perceber essa ênfase da historiografia das relações internacionais em aspectos economicistas como resultado dos esforços da história política, da qual é herdeira, para reabilitar-se perante os historiadores num contexto historiográfico marcado pelo predomínio de uma história econômico-social, em que para reconquistar sua legitimidade era necessário rebater as acusações que lhe vinham sendo imputadas pelos representantes dos *Annales*, preencher alguns requisitos propostos pela nova concepção de história trazida pelos “revolucionários” e também advogar abordagens e propostas pouco gratas aquele novo “paradigma”, como a valorização do sujeito, do acontecimento e da narrativa na história. Mas apesar da importante repercussão que estas novas abordagens, objetos e problemas tiveram em outros domínios da disciplina histórica, no Brasil ainda não penetraram de maneira significativa no campo da história das relações internacionais, onde a ênfase dos trabalhos ainda recai sobre as relações econômicas internacionais do Brasil e as conseqüências da atuação do Itamaraty no cenário internacional sobre a economia nacional.¹⁵

Para além das disputas de ordem econômica que culminaram com a hegemonia do capitalismo, o século XX foi decisivamente pontuado por conflitos ideológicos de caráter transnacional, travados dentro dos Estados ou entre eles. Entretanto, em virtude das mencionadas limitações no campo de produção da historiografia das Relações Internacionais, verifica-se ainda uma ausência de estudos dedicados a dimensão cognitiva da formulação da política externa brasileira, mais especificamente, que explique a atuação do Itamaraty diante daquele que se tornou o inimigo internacional comum aos países do ocidente, após outubro de 1917,¹⁶ o comunismo.

Cervo e Bueno tratam da atuação do Itamaraty em vista da “ameaça comunista” de modo apenas tangencial e primordialmente a partir dos anos que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial (1945), período marcado pela bipolarização do sistema internacional entre Estados Unidos e União Soviética e sua decorrente confrontação político-ideológica. A Guerra Fria, período em que o comunismo rompeu o isolamento da União Soviética e tornou-se, de fato, uma força planetária, produziu a intensificação do anticomunismo na sociedade e no Estado norte americano, que empenhou o peso de seu poder e sua riqueza na sustentação dos grupos dispostos a enfrentar o “inimigo” oferecendo-lhes suporte ideológico, político e material. O desconforto e o medo provocados pela expansão do “perigo vermelho”, associado ao receio de que América Latina escapasse a sua órbita de influência a partir do exemplo cubano, tiveram implicações nas relações exteriores dos EUA, que passou a buscar nos países vizinhos apoio para um esforço comum de contenção do comunismo no hemisfério, o que resultou em ações como a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência recíproca (TIAR, 1947), a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA, 1948) e a realização das Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas (a partir de 1939). Esses eventos ganharam destaque na historiografia das relações internacionais do Brasil, que de maneira geral ressalta os argumentos liberais de mobilização anticomunista¹⁷ dos quais a diplomacia brasileira lançou mão nessas ocasiões, no intuito de obter a cooperação econômica do parceiro do Norte para que se formasse um bloco econômico que integrasse esforços para a defesa política do hemisfério e do desenvolvimento capitalista. Entretanto, no Brasil o anticomunismo resultou da interação de três matrizes básicas: o cristianismo, mais precisamente o catolicismo; o nacionalismo e o liberalismo, sendo que este último foi o que encontrou acolhida menos entusiástica. Aqui, os valores religiosos católicos constituíram-se a base principal da mobilização anticomunista, relegando outras motivações a posições secundárias, ainda que os argumentos das três “matrizes doutrinárias” aparecessem freqüentemente combinados ou mesclados.¹⁸ Tanto a retórica de

viés liberal que condenava o comunismo internacional, reverberada pela diplomacia brasileira nas reuniões internacionais mencionadas, como a alegação de independência ideológica em relação aos países que adotavam orientação socialista, podem ser interpretadas como estratégias pragmáticas para obter, simultaneamente, investimentos norte americanos que viabilizassem o desenvolvimento nacional, como também a ampliação dos mercados junto aos países do bloco socialista.¹⁹ Além disso, no Brasil, o comunismo se constituiu enquanto inimigo da nação a partir de 1935, com o levante comunista liderado por Luis Carlos Prestes, intensificou-se com a decretação do Estado Novo, em 1937 e, finalmente, culminou em 1964, como o golpe militar. Apesar das rupturas institucionais que significaram, respectivamente, o golpe de Estado de 1937, que deu início à ditadura do Estado Novo (1937-45), e o golpe de 1964, que deu início à ditadura militar (1964-85), encontra-se que, no que diz respeito à ação pública inspirada pela convicção de ser imperioso o combate à “ameaça do comunismo”, os anos entre 1935 e 1964 configuram-se como um processo continuado e não entrecortado ou interrompido, durante os quais se concretizou a construção progressiva de uma lógica político-repressiva centrada na eliminação do comunismo. Portanto, trata-se de um período marcado por continuidades e permanências em termos de práticas estatais repressivas e de circulação de discursos políticos relacionados ao problema do comunismo enquanto um mal a ser eliminado, por representar desde uma forma criminosa contra a sociedade até uma forma de ameaça à “segurança nacional”.²⁰

Entretanto, na historiografia das Relações Internacionais os trabalhos que consideram o comunismo como uma variável em suas análises se preocupam fundamentalmente em compreender os efeitos do perigo vermelho na definição e condução da política externa brasileira, sobretudo, no período da Guerra Fria. Exemplo disso é o trabalho de William Gonçalves e Myamoto, no qual procuram chamar atenção para os diferentes graus de importância que a comunidade de política externa²¹ conferiu aos critérios ideológicos no estabelecimento de relações com outras nações, ao longo dos anos de Guerra Fria.²²

Em geral, nesse campo de produção historiográfica, as análises relacionadas ao período de vigência do Estado Novo (1937-45) estão centradas na análise dos jogos da política externa brasileira em relação aos principais protagonistas no cenário internacional do período, EUA e Alemanha, e em relação aos países vizinhos. Num primeiro momento, os estudos se concentram nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, marcados pelo “jogo duplo” de Vargas em relação aos dois países, com a finalidade de obter formas de cooperação e barganhas, especialmente de ordem econômica, tecnológica e militar.²³ O trabalho de Seitenfus, contudo, apresenta uma análise mais detalhada da aproximação

germano-brasileira durante a década de 1930 e do impacto da ascensão do nazismo ao poder, em 1933, especialmente no que se refere ao incremento das relações comerciais, policiais, políticas, diplomáticas, militares e da colaboração anti-semita²⁴ e anticomunista, através da aproximação entre o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e a Gestapo, que eram respectivamente as polícias políticas do Brasil e da Alemanha.²⁵

Outro ponto que ganha destaque nos trabalhos que analisam a política externa no Estado Novo, é o crescente alinhamento entre Brasil e EUA, que iniciou no final da década de 1930 e culminou durante a Segunda Guerra Mundial, no sentido de atender não apenas a razões de natureza material, mas de reafirmar a continuidade de uma antiga amizade entre os dois países e o prestígio do panamericanismo no contexto regional.²⁶ Uma das características destacadas pela historiografia a respeito da atuação brasileira nesse cenário foi a sua participação nas Conferências Internacionais Americanas, nas quais um dos principais tópicos de discussão era a colaboração interamericana para manutenção da paz no continente. Alguns trabalhos que analisam o tema já apontam a existência, pelo menos desde os anos 1940, de uma rede internacional que visava interligar as polícias do continente americano, especialmente as polícias políticas, para promover a integração, o intercâmbio e a cooperação no esforço de banir ideologias subversivas, dentre as quais o comunismo, do hemisfério ocidental. Através desta rede estabeleceram-se trocas rotineiras de informações, envio de instrutores e profissionais especializados em atividades de informações, além de propostas de acordos multilaterais e de trabalhos conjuntos na área de prevenção e repressão contra a desordem política e social no continente.²⁷ Entretanto, pouco se sabe a respeito do papel que o Itamaraty desempenhou nesse intercâmbio policial, ou ainda, qual foi sua atuação no estabelecimento e funcionamento desta “obra de solidariedade e cooperação policial” no combate ao comunismo.

Obras mais recentes, dedicadas a analisar o empenho de Getúlio Vargas no combate a entrada de ideologias subversivas no Brasil, trazem apontamentos acerca das veredas tortuosas que o Itamaraty trilhou a fim de combater o comunismo às sombras da vida pública, especialmente os trabalhos de Rodrigo Patto,²⁸ João Henrique Botteri Negrão²⁹ e Ana Maria Rodriguez Ayçaguer.³⁰ Através da pesquisa à documentação diplomática estes autores pontuaram que a luta do governo brasileiro contra a subversão ideológica se estendeu para além das suas fronteiras por intermédio de seus representantes diplomáticos no exterior, e que muitas vezes suas embaixadas funcionaram como verdadeiros centros de informações dos órgãos políticos e policiais, mantendo as autoridades a par da mobilização de comunistas notórios e seus familiares através, por exemplo, da troca de informações com os serviços

estrangeiros ou mesmo de atividades de espionagem. Estes trabalhos chamam atenção ainda para o fato de ter competido aos consulados brasileiros no exterior e ao Itamaraty a triagem ideológica dos elementos que pleiteavam adentrar em solo brasileiro, bem como a vigilância aos brasileiros exilados no exterior, questões ainda pouco exploradas pela historiografia que trata do tema da repressão ao comunismo no Brasil, mas que pretendemos esclarecer ao longo desta pesquisa.

Com relação aos anos da ditadura militar no Brasil, as análises no âmbito da historiografia das Relações Internacionais costumam partir da afirmação de que, devido ao profissionalismo, tecnicidade e estilo tradicional da diplomacia brasileira, os militares garantiram a autonomia e independência do Itamaraty para que continuassem desempenhando as tarefas de formulação de conceitos, de elaboração de alternativas de ação diplomática, bem como de sua implementação prática, e que, por esses motivos, o impacto do golpe sobre Ministério das Relações Exteriores se restringiu à própria reorientação da política externa. Partindo desse pressuposto, os trabalhos, em geral, apresentam análises da política externa brasileira durante os 21 anos do regime militar, dando ênfase às oscilações no estilo como os sucessivos generais presidentes conduziram os negócios exterior, na tentativa de apontar rupturas e continuidades entre seus governos.³¹

Para Williams Gonçalves e Shiguenoli Miyamoto, o que se observa em relação ao período em que os militares estiveram no poder é que houve situações peculiares em que a questão da segurança nacional, sendo considerada primordial pela comunidade de política externa, foi privilegiada na tomada de decisões em relação aos assuntos da sua competência, mas que nem por isso se pode dizer que a diplomacia executada no período pós-64 foi apenas de inspiração castrense.³²

Moniz Bandeira aponta que durante o governo Médici desenvolveu-se o que ele chama de “diplomacia militar”, paralela à diplomacia profissional do Itamaraty, como desdobramento da política de segurança do regime militar, que colaborou para o êxito dos golpes de Estado na Bolívia (1971), Uruguai (1971) e Chile (1973). Nesse período, generais passaram a ocupar embaixadas, geralmente no cone sul, mas também em Portugal (logo após a Revolução dos Cravos, de 25 de abril de 1974) nos países em guerra, como o Iraque. Segundo o autor, não era apenas o anticomunismo a mola propulsora dessas nomeações de “generais embaixadores”, havia interesse, igualmente, na venda de equipamento militar e na observação direta de cenários com algum valor estratégico. Apesar dessas intervenções, nesse período a política externa continuou sob a chancela do Itamaraty.³³ Em suas memórias, Gibson Barboza, que foi o ministro das Relações Exteriores durante o governo Médici, afirma

que o general-presidente lhe deu total autonomia e autoridade para conduzir a política externa de maneira que julgasse a mais apropriada.³⁴

Paulo Roberto de Almeida chama atenção para o fato de que a trajetória da Casa do Barão do Rio Branco foi perpassada pelo confronto de idéias antagônicas dentro do próprio corpo funcional em diferentes momentos do debate nacional, e também durante a ditadura militar, quando a agência diplomática reuniu, de um lado, os partidários de uma política internacional alinhada aos EUA e anti-comunista, e de outro lado, os propugnadores de uma nova postura para as relações exteriores do país, não alinhada, independente e progressista. Para o autor, as divisões internas do Itamaraty estavam restritas, portanto, às disputas entre grupos com diferentes perspectivas de orientação da política externa, num sentido funcional e pragmático.³⁵ Apesar de afirmar o tradicional neutralismo político do Itamaraty, relata os efeitos do ambiente maniqueísta da Guerra Fria sobre a chancelaria brasileira, onde de um lado figuravam os jovens secretários que se posicionavam em favor de uma linha mais neutralista ou não-alinhada, ou seja, “reformista”, e de outro os mais antigos, a favor de um maior alinhamento com os EUA e preocupados com os rumos do governo João Goulart. Para o autor, a autonomia e poder de participação em assuntos de política externa, garantidos durante os anos do regime militar, foram o resultado do sucesso da instituição em administrar um delicado equilíbrio entre as obrigações internacionais do Brasil em relação às normas e diretrizes estipuladas pela Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas (1961), e os requisitos de segurança tal como concebidos pela ala mais dura do regime, com base na Doutrina de Segurança Nacional.³⁶

Com isso pode-se afirmar que, na historiografia das Relações Internacionais, as obras que consideram os efeitos ideológicos do alastramento comunista como uma variável de análise apresentam duas características marcantes: em geral, se limitam a verificar os efeitos do comunismo sobre a formulação e condução da política externa, ao mesmo tempo em que refletem o fato da História e das Ciências Sociais terem, até então, demonstrado maior interesse em pesquisar os revolucionários e a esquerda do que a reação anticomunista que se desenvolveu concomitantemente. Daí resultou ter sido deixado para segundo plano o estudo do papel de indivíduos, grupos e instituições que agiram em defesa da ordem estabelecida contra a ameaça representada pelo alastramento do perigo vermelho. A historiografia brasileira ainda é carente de estudos que apontem de que maneira as instituições civis do Estado agiram no combate ao comunismo, sendo necessário superar, por um lado, o conhecimento obtido com base nas próprias memórias e produções intelectuais institucionais “sacralizantes”, e por outro lado, as análises carregadas de tons sensacionalistas e denunciastas,

que ao tomarem como ponto de partida a forma final de declarações oficiais e produções acadêmicas de autoria de representantes da diplomacia, sem considerar sua historicidade e institucionalidade, recaem em julgamentos e acusações, que somados à manipulação midiática cada vez mais empenhada em transmitir furos historiográficos em primeira mão, contribuem para a criação de um verdadeiro “processo de mitificação”³⁷ das relações entre o Itamaraty e as políticas de combate ao comunismo, sobretudo durante o regime militar, sem, contudo, explicar as origens dessas relações.³⁸

Desarquivando a secreta diplomacia do Itamaraty e seu envolvimento em políticas de repressão ao comunismo

Desde a descoberta dos documentos da polícia secreta do ditador paraguaio Alfredo Stroessner³⁹ em dezembro de 1992, e à medida que novos fundos documentais relacionados ao período das ditaduras militares no Cone Sul tornaram-se públicos e disponíveis para a consulta nos arquivos do Brasil, novas luzes vem sendo lançadas sobre a repressão política sem fronteiras que se instituiu de maneira clandestina ao longo das décadas de 1960 e 1980 na região. A partir da revelação desses documentos, foram produzidos importantes trabalhos que analisam a montagem e funcionamento das estruturas de repressão das ditaduras instituídas durante as décadas de 1960 e 1970, suas especificidades, as condições que permitiram a superação de antigas rivalidades regionais e a implementação da colaboração policial e militar até a realização de operações conjuntas, tais como a Operação Condor, quando se alcançou o nível mais alto de conjugação de esforços no sentido de um padrão internacional de perseguição e destruição dos chamados “inimigos internos”.⁴⁰ As pesquisas demonstraram que a base da coordenação repressiva entre as ditaduras foi a troca de informações, e que este intercâmbio foi estabelecido antes de outubro de 1975, quando se supunha ter sido dado início oficial à Operação Condor, durante a realização de uma reunião convocada pelo governo chileno a fim de discutir com os principais representantes do setor de inteligência dos países do Cone Sul métodos mais eficazes de combate à subversão no continente sul-americano, sob a alegação de estar em curso um processo de união das esquerdas através da Junta de Coordenação Revolucionária (JCR).⁴¹ Samantha Viz Quadrat, por exemplo, considera que a conspiração que resultou na queda do presidente chileno Salvador Allende (1970-73) e subsequente ascensão ao poder do general ditador Augusto Pinochet (1973-90), em 11 de setembro de 1973, foi o ponto de partida para a cooperação entre as ditaduras militares do

Cone Sul que contou com a convivência ou participação direta dos EUA.⁴² Já Henrique Padrós demonstra com base na pesquisa aos documentos existentes no Acervo da Luta contra a Ditadura, mais especificamente nos Fundos Documentais da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, que desde a instauração da ditadura militar no Brasil, em 1964, já havia um intenso e corrente fluxo de informações sobre os exilados brasileiros na Argentina e no Uruguai, mesmo quando nestes países ainda vigorava o Estado de direito.⁴³

Mais recentemente, Ananda Simões e Caroline Bauer dedicaram importantes capítulos de suas dissertações de mestrado a analisar como a fronteira sul do Brasil se constituiu como espaço sensível de segurança nacional e de que maneira os órgãos civis e militares de informação, repressão e espionagem da ditadura militar brasileira estiveram atentos ao estado do Rio Grande do Sul, que por fazer fronteira com o Uruguai e a Argentina, foi importante rota de saída e de entrada para exilados e “pombos correios”⁴⁴.

Além de apresentar uma análise detalhada de como se deu a atuação das Seções de Ordem Política e Social (SOPS), localizadas em algumas delegacias regionais e submetidas ao Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), os dois trabalhos procuraram destacar a participação dos órgãos diplomáticos no sistema de informações e segurança operado pela ditadura.⁴⁵ Ao investigar mais detalhadamente o papel da diplomacia brasileira no monitoramento da fronteira Brasil-Uruguai durante o período, Ananda Simões destacou o protagonismo desempenhado pelo embaixador Manoel Pio Corrêa, designado pelo presidente general Castelo Branco para assumir a embaixada do Brasil em Montevidéu nos primeiros meses após o golpe militar. Nomeado com o propósito de “melhorar” as relações entre os dois países, Pio Corrêa relatou em sua autobiografia que sua principal missão no Uruguai era obter o auxílio formal das autoridades locais para neutralizar a articulação política entre os brasileiros exilados, dando prioridade aos casos de João Goulart e Leonel Brizola (CORRÊA 1996, p. 848). Ananda Simões chamou atenção para o fato de que, antes de seguir para o Uruguai, Manoel Pio Corrêa estabeleceu diversos contatos com as forças policiais do estado do Rio Grande do Sul e com as tropas do III Exército, no intuito de obter apoio das autoridades regionais para que a Polícia e o Exército agissem conjuntamente com a embaixada do Brasil em Montevidéu na vigilância às fronteiras e combate a possíveis atividades subversivas. No Uruguai, o novo embaixador logo tratou de conquistar o apoio dos oficiais das forças militares uruguaias e estabelecer laços com o chefe da Polícia de Montevidéu.

Antes de Pio Corrêa, nas décadas que antecederam o golpe militar de 1964, outros representantes da diplomacia brasileira já haviam se destacado pela execução de políticas

anticomunistas e por exercer severa vigilância das fronteiras ao sul do país com o apoio das autoridades militares e policiais nacionais e estrangeiras. Em dezembro de 1937, por exemplo, logo após o golpe que deu início ao Estado Novo, Batista Luzardo foi designado embaixador do Brasil em Montevideu em substituição a Lucílio Bueno, acusado por Getúlio Vargas de manter contatos com o ex-governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, que havia deixado o Brasil, logo após o golpe, para exilar-se no Uruguai. Segundo Adriana Bellintani, os antecedentes políticos de Batista Luzardo explicavam porque ele foi o escolhido para a missão, uma vez que desde a Revolução Constitucionalista de 1932, ele e Flores da Cunha estavam em lados opostos da disputa política e em relação à figura de Getúlio Vargas. Como representante diplomático do Brasil em Montevideu, Batista Luzardo travou boas relações pessoais com o presidente uruguaio Gabriel Terra e exerceu forte pressão sobre o seu governo para que Flores da Cunha fosse mantido sob severa vigilância das autoridades policiais de Montevideu e também de agentes infiltrados a serviço da embaixada brasileira. Através de uma intensa troca de telegramas com autoridades policiais, militares e políticas de Montevideu, Batista Luzardo conseguiu não apenas que o governo uruguaio determinasse formalmente a restrição à liberdade de movimento de Flores da Cunha, como também pode organizar um dispositivo de vigilância, com o objetivo de evitar que o ex-governador do Rio Grande do Sul conspirasse com opositores do regime Vargas enquanto estivesse em solo uruguaio.⁴⁶

Portanto, a estratégia adotada pelo embaixador Manoel Pio Corrêa para obter do governo uruguaio a cooperação desejada pelo governo brasileiro no que se referia ao problema da vigilância e controle dos brasileiros exilados no Uruguai, parecia estar de acordo com as políticas de controle e vigilância a exilados brasileiros que o Itamaraty já havia empreendido em situações anteriores. Trajetórias e ações políticas de representantes diplomáticos, tais como Batista Luzardo e Pio Corrêa, são representativas de que dentro do Itamaraty, assim como dentro do aparelho de Estado como um todo, havia indivíduos que fizeram uso da posição pública que ocupavam para potencializar a aplicação de convicções pessoais, sem considerar a moralidade de seus atos. Apesar de não terem descido aos porões ou participado diretamente das prisões, das torturas e, em última instância, da morte dos inimigos políticos do Estado, estes funcionários foram importantes agentes do processo de aceleração mórbida do maniqueísmo político.⁴⁷

Após retirar-se do serviço diplomático no Uruguai, no início de 1966, Manuel Pio Corrêa foi nomeado para o cargo de Secretário Geral de Política Exterior. Durante o período em que esteve na Secretaria Geral do Itamaraty, Pio Corrêa foi sete vezes nomeado ministro

interino das Relações Exteriores por ocasião das viagens do ministro Juracy Magalhães (1966-67) em missão ao exterior, o que lhe conferiu amplos poderes e liberdade para sistematizar e institucionalizar um serviço de informações dentro do Itamaraty, o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), que em conjunto com a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), permitiu que o regime estendesse o controle dos seus inimigos para além das fronteiras territoriais do país utilizando-se de canais próprios da diplomacia e da rede de informações interna e externa que se teceu em torno do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Em 2007 o CIEEX ganhou as páginas da grande imprensa brasileira através de um conjunto de matérias e documentos publicados pelo *Correio Braziliense*, que “denunciavam” a existência de um órgão de espionagem vinculado ao SNI e subordinados ao Ministério das Relações Exteriores durante a ditadura militar brasileira.⁴⁸ De acordo com as pesquisas realizadas pelo jornalista Cláudio Dantas nos arquivos do CIEEX, sabe-se que esta seção, em conjunto com a DSI/MRE, foi criada para espionar os brasileiros que haviam deixado o país, seja em busca de exílio, por fuga ou banimento, e deu início a um fluxo regular de dados que circulavam com códigos e séries documentais próprios, isolados dos canais utilizados pela Secretaria de Estado para os demais fluxos de expedientes ostensivos. Além disso, o CIEEX não constava no organograma oficial do Itamaraty, e era oficialmente designado como Assessoria de Documentação de Política Exterior (Adoc), sendo depois renomeado para Secretaria de Documentação de Política Exterior (Sedoc) e jocosamente chamado pelos diplomatas de Dedoc.⁴⁹ Numa das matérias de Cláudio Dantas, intitulada “O pai do Serviço Secreto do Itamaraty”,⁵⁰ o jornalista explicou que o CIEEX surgiu da mente do embaixador Manoel Pio Corrêa, que em entrevista ao *Correio Braziliense* admitiu ter sido o autor intelectual e material do Centro. Além do seu depoimento confirmando a “paternidade” do CIEEX, Cláudio Dantas reproduziu em sua matéria uma passagem do livro de memórias do embaixador, na qual ele relembra que em 1959, ao assumir chefia do Departamento Político do Itamaraty, recebeu das mãos de sua antecessora, a cônsul Odette de Carvalho e Souza, “uma espécie de tesouro pessoal”: um arquivo compilado por ela própria ao longo das décadas de 1940 e 1950, com fichas de cidadãos, nacionais e estrangeiros, envolvidos em atividades consideradas subversivas, e de organizações ditas “de fachada”, que encobriam sob “rótulos inocentes” atividades “inconvenientes”. “Um precioso presente”, segundo Pio Corrêa.⁵¹

Em sua autobiografia, ao narrar os anos que chefiou o Departamento Político do Itamaraty (1959-60), período auge da Guerra Fria, Pio Corrêa contou que além das visitas de

personalidades amigas, também aportavam no Brasil visitantes “menos bem-vindos”: agentes subversivos. Quanto ao ambiente no qual desempenhou as atribuições relativas à sua função, ele descreveu como de plena ofensiva política e ideológica da URSS:

A União Soviética ambicionava tomar pé em outros países, mais importantes do que Cuba. Chile, Argentina e Brasil estavam na sua mira, e grande era a atividade de agitação e propaganda (AGITPROP) que tinha como alvos principais os setores mais permeáveis à idéias subversivas: “intelectuais”, jornalistas, artistas, estudantes e operários. A idéia era infiltrar esses meios, quer discretamente quer através de “organizações de fachada”, que podiam ser definidas como entidades ostensivas legalmente registradas, feitas para encobrir ações clandestinas e, sobretudo recrutamento de simpatizantes da “causa”, suscetíveis e adestramento como agentes (idem, p. 655-656).⁵²

Sobre os Serviços Secretos, o embaixador explicou que, na ocasião, todos os serviços de informação do mundo, e não só os dos Estados comunistas, costumavam manter em outros países duas classes de agentes principais. Uns eram os “residentes locais”, que eram oficialmente acreditados como funcionários dos seus respectivos países, sob a cobertura de cargos diplomáticos ou consulares ou de funções de adidos militares, comerciais ou culturais. Esses costumavam viajar com passaportes diplomáticos, constavam das listas diplomáticas dos países junto aos quais eram acreditados e gozavam, em geral, de imunidades diplomáticas. A outra categoria era a dos “residentes ilegais” que, como o nome indica, não tinham cobertura oficial, portanto, eram clandestinos. Para além das atribuições convencionais da sua função de chefe do Departamento Político, Pio Corrêa também era responsável por cuidar dos agentes clandestinos a serviço do Itamaraty. Por esse motivo, foi nomeado membro e vice-presidente da Junta Coordenadora de Informações, que era o ápice da pirâmide hierárquica que havia dentro do Conselho de Segurança Nacional e o ponto de convergência de todos os órgãos que formavam a comunidade de informações, na ocasião. O embaixador revelou que durante o período em que esteve nessa função, pôde ter acesso a todos os informes colhidos pelos diversos órgãos oficiais de informação, pois era na Junta que este conjunto era articulado. Segundo o relatou, era “incessante e eficaz” a vigilância e a repressão a atividades comunistas no Brasil, dado o “perfeito entendimento e comunhão de idéias” entre o ministro do Exterior, Horácio Lafer, o ministro da Justiça, Armando Falcão, e o ministro da Guerra, general Odílio Denys, ao lado dos quais, atuavam importantes colaboradores, como o chefe do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), o chefe da Polícia do Distrito Federal, e os chefes dos demais órgãos da comunidade de informações. Disse ainda, que todos esses órgãos atendiam a qualquer pedido de busca de informação que ele, na condição de vice-presidente da Junta, solicitasse, e que manteve

“estreitas e cordiais” relações com todos. Para reafirmar seu prestígio no meio, recordou que conseguiu reunir em um almoço no Itamaraty 18 chefes dos vários serviços de informações, no qual “ficou selada uma inquebrantável unidade de ação”.⁵³ Mas apesar de estar bem articulado à rede federal de informações, revelou ter planejado seu próprio “núcleo de pronta intervenção” e que, para isso, solicitou e obteve do chefe de Polícia do Rio de Janeiro, que fosse colocado a disposição do seu Gabinete o comissário Rui Lisboa Dourado, figura legendária na Polícia carioca, policial destemido – e temido, segundo o próprio embaixador descreveu. O policial, com mais alguns homens e viaturas, foram colocados à disposição do Gabinete chefiado por Pio Corrêa, para cumprir missões sigilosas de observação e acompanhamento de atividades de funcionários estrangeiros no Brasil.

Vitorioso o golpe de 1964, do qual se declarou apoiador e entusiasta, Pio Corrêa assumiu a chefia da embaixada do Brasil em Montevidéu em setembro do mesmo ano. De acordo com Philip Agee, Pio Corrêa participou diretamente das ações da Central Intelligence Agency (CIA) no Uruguai, relacionadas à vigilância dos exilados brasileiros e recebeu assistência da base da CIA instalada em Montevidéu para o desenvolvimento de operações para infiltração entre os exilados.⁵⁴ Em janeiro de 1966, Pio Corrêa foi nomeado para ocupar a Secretaria Geral do Itamaraty durante a gestão do ministro Juracy Magalhães, cargo em que permaneceu até março de 1967. Como secretário geral, as questões externas envolvendo interesses da segurança nacional ficaram a seu cargo. Em suas memórias, contou que durante sua gestão participou várias vezes das sessões do Conselho de Segurança Nacional e que manteve um contato freqüente com o general Golbery do Couto e Silva, idealizador e chefe do SNI.⁵⁵

A breve apreciação da trajetória política do “pai do CIEEX” permite inferir que a criação do CIEEX não foi apenas o resultado imediato da experiência com o monitoramento dos brasileiros exilados no Uruguai.⁵⁶ Ao contrário, o embaixador Pio Corrêa deu início à sua “cruzada anticomunista” ainda em 1959, quando recebeu o “tesouro pessoal” de Dona Odette, juntamente com o cargo de chefe do Departamento Político do Itamaraty.⁵⁷ Portanto, entende-se que a criação de um órgão de espionagem dentro do Itamaraty durante sua gestão como secretário geral, resultou do ajustamento das velhas políticas do Itamaraty de controle às atividades de brasileiros exilados no exterior às novas orientações impostas ao sistema de informações que logrou ser organizado a nível federal após a instalação do regime militar. Além disso, se o presidente Castelo Branco concedeu a Pio Corrêa os poderes para institucionalizar dentro do Ministério das Relações Exteriores, de maneira secreta, um serviço especializado em coleta de informações no exterior, é porque o embaixador já vinha se

destacando, ao longo de sua carreira, como um importante elo de ligação entre o Itamaraty e a comunidade de informações que se constituiu ao longo da história republicana no Brasil e se fortaleceu ainda mais a partir da criação do Serviço Nacional de Informações.

Essas conclusões resultaram da pesquisa a documentos diplomáticos sob a guarda do Arquivo Histórico do Itamaraty, sobre a qual se fundamentou a tese de doutorado intitulada “Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)”.⁵⁸ A pesquisa permitiu demonstrar que para mensurar a dimensão do envolvimento da diplomacia brasileira com políticas de combate ao comunismo, bem como com os sistemas de informação e repressão instituídos pela ditadura militar a fim de perseguir e prender os “inimigos” da nação, é preciso extrapolar os marcos temporais relacionados ao período de duração do regime militar brasileiro (1964-85) bem como suas dimensões espaciais, e pensar essa experiência particular enquanto parte de um fenômeno latino-americano mais amplo. A partir dessa perspectiva, foi possível compreender porque, logo após o golpe de 1964, a diplomacia brasileira atuou de maneira destacada e sistemática na produção de informações sobre as atividades de brasileiros (exilados ou não) na Argentina e no Uruguai, especialmente a partir de 1966, ano em que foi criado dentro do Itamaraty o Centro de Informações do Exterior (CIEX), com a função de vigiar e controlar os brasileiros exilados no exterior.

O amplo recorte temporal adotado na pesquisa, que vai de 1935 a 1966, foi definido pelo fato de ter sido a partir de 1935 e ao longo de todo o período considerado que o “perigo comunista” se constituiu no Brasil enquanto inimigo da nação. Como foi dito na primeira parte do texto, apesar das rupturas institucionais representadas pelo golpe de 1937, que deu início ao Estado Novo, e pelo golpe de 1964, ao que se seguiram 21 anos de ditadura militar, durante todo o período considerado se deu a construção progressiva de uma lógica político-repressiva centrada na eliminação do comunismo, sendo, portanto, um período marcado por continuidades e permanências em termos de práticas estatais repressivas e de circulação de discursos políticos relacionados ao problema do comunismo enquanto um mal a ser eliminado. O conjunto dessas práticas e discursos políticos anticomunistas constituiu uma das faces do que se pode designar como uma “tradição de segurança nacional”, que ao longo das décadas analisadas foi compartilhada por civis e militares que pertenciam a diferentes esferas de poder, mas que tinham em comum o objetivo de tornar efetivas as políticas de segurança do Estado, em defesa da nação contra inimigos da ordem social e da segurança.

Ao serem interrogados no sentido de desvendar as continuidades e permanências políticas que caracterizaram o período entre 1935 e 1966, os telegramas diplomáticos

revelaram que, embora o anticomunismo tenha sido um elemento constante durante todo o período, suas representações foram se modificando e ganhando novos sentidos com o passar dos anos, ao mesmo tempo em que se modificavam também as políticas de segurança do Estado voltadas para o combate àquele tipo de ameaça que vinha de fora das fronteiras nacionais, o que implicou em diferentes maneiras de agir por parte dos sujeitos envolvidos com as políticas de repressão à subversão. Nesse jogo de permanências e mudanças, tanto a ideia de comunismo enquanto uma ameaça vinda de fora como as políticas de segurança contra a ameaça por ele representada aparecem como elementos de permanência que, ao mesmo tempo, estiveram em constante transformação ao longo dos trinta anos analisados, afetando tanto os que permaneceram em território brasileiro, como aqueles que deixaram o país e pediram acolhimento sobretudo nos países vizinhos.

Percebe-se, a partir da análise na longa duração, que não eram novas as relações estabelecidas entre o Itamaraty e a ditadura militar no que se refere à produção de informações por diplomatas a serviço no exterior, visando informar o governo brasileiro a respeito da atividade política de pessoas apontadas como uma ameaça à ordem política e social. Ao contrário, essas relações resultaram do desenvolvimento em longo prazo do intercâmbio velado de informações entre diplomatas, militares e policiais do Brasil, da Argentina e do Uruguai, sobre o qual foi possível imprimir uma das marcas repressivas da ditadura militar, que foi a perseguição aos inimigos do regime para além das fronteiras territoriais do país.

Quanto ao recorte espacial da pesquisa, historicamente o limite entre o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina demarca uma região de conflitos, onde se constituiu a primeira fronteira viva, habitada, do Brasil. Ali se formou uma região na qual se reconhecem traços comuns, desde a formação sócio cultural e econômica até as imbricações políticas de um lado e de outro. Segundo Ana Luiza Recksiegel, mesmo que a presença do Estado tenha imposto distinções entre uma parte e outra, o contato interfronteiriço ensejou estilos de vida semelhantes em ambos os lados, o que acabou influenciando, em algumas ocasiões, na existência de uma identidade regional singular que converte a região fronteiriça em espaço de integração.⁵⁹ O peso dessa História se revela em alguns telegramas enviados das embaixadas do Brasil em Buenos Aires e Montevideu, nos quais se revela a existência de certa autonomia do estado do Rio Grande do Sul em relação ao Itamaraty, na condução das relações diplomáticas do Brasil com os dois países, especificamente no que se referia ao problema do combate ao comunismo. Percorrendo os telegramas trocados entre 1935 e 1966, nota-se que na complexidade das políticas internacionais que visavam o combate ao inimigo comunista no

país e no continente, o fenômeno regional da fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai adquiriu significado particular e, por vezes, influenciou ações diplomáticas e decisões mais abrangentes. Ali, a diplomacia brasileira agiu com eficiência como olhos do Estado para fora das fronteiras nacionais, através da troca cotidiana de telegramas com as suas embaixadas em Buenos Aires e Montevideú, no intuito de conter a infiltração comunista dentro do território nacional e sua expansão pelo continente sul-americano.

Após o levante comunista de 1935, o golpe de Estado de 1937 e o golpe militar de 1964, as trocas de telegramas foram intensificadas e registram de forma ainda mais contundente que as embaixadas brasileiras não apenas mantinham um canal direto de troca de informações com as polícias do Distrito Federal, Rio Grande do Sul e com as Forças Armadas Brasileiras, como também estavam em contato direto com as polícias e as tropas militares do Uruguai e da Argentina, no intuito de coordenar as forças dos três países para uma eficiente ação anti-comunista. Em conjunto, estes registros constituem os indícios da orquestração de uma conexão repressiva entre os países do Cone Sul, mediada pela diplomacia brasileira que estava em sintonia direta com os interesses das Polícias do Distrito Federal, do Rio Grande do Sul e das Forças Armadas Brasileiras, às quais coube, em diferentes momentos, o tratamento da questão comunista.

Nesses momentos, os principais protagonistas do epistolário diplomático passam a ser os brasileiros exilados ou refugiados nos países vizinhos, figuras políticas de oposição que, apesar dos avanços na legislação de Direitos Humanos ao longo do século XX, continuaram sendo vistas e descritas nos documentos oficiais (secretos e confidenciais) da chancelaria como uma ameaça à ordem social e à segurança nacional, do país de origem e do país de acolha.

A análise conjunta dos telegramas diplomáticos secretos e sigilosos trocados entre a chancelaria e as representações diplomáticas brasileiras em Buenos Aires e Montevideú, de 1935 a 1966, permitiu demonstrar que nos anos que antecederam a Guerra Fria, o combate ao comunismo em defesa da nacionalidade e da soberania brasileira já era objeto de políticas de Estado e, além disso, era ostensivamente assumido pelos representantes diplomáticos envolvidos nesse tipo de atividade, uma vez que o comunismo era entendido como um crime comum contra a ordem social e a nacionalidade. Ao serem interrogados, os telegramas diplomáticos deram voz ao longo silêncio acerca do envolvimento do Itamaraty com atividades de informações visando o combate ao comunismo e também a diplomatas que, de maneira velada, foram verdadeiros missionários na obra de repressão ao comunismo no continente, tais como Batista Luzardo e Pio Corrêa. Lançando mão de argumentos políticos e

econômicos, muitas vezes de caráter restritivo, esses diplomatas buscaram persuadir as autoridades políticas e militares dos países vizinhos no sentido de coordenar ações de repressão e combate à expansão do comunismo no continente. Entretanto, com o decorrer do tempo e a medida que o comunismo passou a ser identificado como uma ideologia, cuja prática implicava em crime político contra a nação, o Itamaraty e a diplomacia brasileira foram cautelosos em não mais assumir seu envolvimento em políticas de Estado de caráter abertamente anticomunista, tornando cada vez mais velada e oculta sua efetiva participação em ações desse tipo, uma vez que contrastavam com a imagem pública do Itamaraty, que ainda hoje se autodefine enquanto instituição que serve a interesses permanentes e suprapartidários, composta por servidores públicos que, ao ingressarem na carreira diplomática, tornam-se herdeiros dos grandes feitos e das qualidades atribuídas ao Barão do Rio Branco, dentre as quais estão o pacifismo, a cordialidade e a defesa de interesses perenes do Estado em detrimento de questões partidárias e ideológicas.⁶⁰

Os telegramas trocados entre autoridades diplomáticas, políticas, policiais e militares do Brasil, da Argentina e do Uruguai, são um registro de que paralelamente à execução da política externa brasileira, os representantes diplomáticos brasileiros atuaram naqueles países como “espiões autorizados” ou recrutaram seus próprios agentes secretos para realizar ações encobertas de coleta de dados relativos ao desenvolvimento de atividades comunistas em território estrangeiro. A análise conjunta desses documentos diplomáticos trouxe a tona situações que demonstram que foi através da cotidiana e rotineira troca de telegramas com as embaixadas do Brasil no exterior que o Itamaraty se constituiu, na prática e de fato, enquanto importante agente de informações a serviço do Estado brasileiro em território estrangeiro. Com isso foi possível demonstrar que a destacada atuação da diplomacia brasileira na produção de informações sobre as atividades de brasileiros na Argentina e no Uruguai e sobre o seu possível retorno ao Brasil, constituiu-se enquanto prática legítima e rotineira (ainda que velada) ao longo das décadas que antecederam a instituição dos governos militares no Cone Sul. A partir da perspectiva adotada, foi possível esclarecer que o CIEX, frequentemente apontado por trabalhos anteriores, como órgão secreto de espionagem criado em 1966 a fim de ajustar as atividades da diplomacia brasileira no exterior aos interesses e às diretrizes de segurança da ditadura militar brasileira, foi erigido sobre bases legais e institucionais mais antigas, fruto de uma prévia tradição de segurança nacional que perpassou diferentes regimes e governos ao longo da história política do Brasil.

No marco dos 50 anos do golpe militar de 1964 e das revisões historiográficas que resultarão desse importante momento de reflexão a respeito do passado recente da história

política do país, os resultados da pesquisa aos documentos diplomáticos que registram o envolvimento do Itamaraty com políticas de combate ao comunismo ao longo de todo o século XX representam uma importante contribuição para que se possa compreender a complexidade das origens e das bases institucionais das atividades de informações e políticas de repressão, geralmente tratadas como uma peculiaridade dos regimes autoritários. A ausência de comentários oficiais da diplomacia brasileira a respeito de tais questões faz parte da estratégia de coesão e de construção de identidade deste grupo, a fim de conservar intacta a tradição do Itamaraty, construída em torno do legado deixado pelo Barão do Rio Branco, de respeito ao direito e aos regimes internacionais como princípio norteador da Política Externa Brasileira. Não se trata, aqui, de desmentir este discurso que enfatiza o distanciamento e a independência do Itamaraty em relação às disputas políticas e ideológicas, mas tão somente advertir para o perigo de adotá-lo como uma verdade inquestionável, afinal, “o que foi feito é preciso conhecer, para melhor prosseguir”.⁶¹

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto. Estudos de relações internacionais do Brasil: Etapas da Produção Historiográfica Brasileira, 1927-1992. *Revista brasileira de Política Internacional*, n.1, p.11-36, 1993.

_____. *O estudo das relações internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia*. Brasília: L.G.E, 2006.

_____. Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5. In: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline e FREIXO, Adriano de. *Tempo negro, temperatura sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização*. Presença dos EUA no Brasil. 2 ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BRAIALLARD, Philippe. *Les relations internationales*. 8 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.

BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado. *História da Política exterior do Brasil*. 3 ed. Brasília: UnB, 2006.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração 1930-1945*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. *O Veneno da Serpente*. Reflexões sobre o Anti-semitismo no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *Cidadão do mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CARR, E. H. *The Twenty years crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations*. London: Macmillan, 1939.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: UnB, 1983.

CHEIBUB, Zairo Borges. *Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1984; Idem. *Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em perspectiva histórica*. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périsse*. Une vision théorique des relations internationales. Paris: Publications de la Sorbonne, 1981.

GIRAULT, René. Présentation. In: RENOUVIN, Pierre. *Histoire des Relations Internationales*. Du Moyen Age à 1789. v.I. Paris: Hachette, 1994.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

KOIFMAN, Fabio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. História das Relações Internacionais. In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 73-94

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva. São Paulo: FAPESP, 2002.

MOURA, Cristina Patriota de. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira*. Um estudo de carreira e socialização, Rio de Janeiro, FGV, 2007.

RÉMOND, René (org.). *Pour une histoire politique*. Paris: Du Seuil, 1988.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introduction à l'histoire des relations internationales*. Paris: A. Colin, 1964.

SANTOS, Norma Breda dos. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. *História*. 2005, vol.24, n.1, p. 11-39.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

STEINER, Zara. On Writing International History: chaps, maps and much more. *International Affairs*, v.73, n.3, p.531-546, 1997.

¹ A existência da Escola, cuja denominação enfatiza as características comuns aos seus representantes, foi negada por muitos de seus membros que, por outro lado, empenharam-se em realçar as diferentes contribuições individuais dos autores identificados com o grupo.

² RÉMOND, René (org.). *Pour une histoire politique*. Paris: Du Seuil, 1988.

³ Para uma discussão acerca do surgimento e institucionalização da história das relações internacionais, a distinção entre esta nova disciplina e a tradicional história diplomática e a esfera de abrangência de cada uma delas, ver: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. História das Relações Internacionais. In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 73-94; STEINER, Zara. On Writing International History: chaps, maps and much more. *International Affairs*, v.73, n.3, p.531-546, 1997.

⁴ CARR, E. H. *The Twenty years crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations*. London: Macmillan, 1939.

⁵ BRAIALLARD, Philippe. *Les relations internationales*. 8 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2007, p. 6.

⁶ A partir de 1974, o *Institut d'Histoire des Relations Internationales Contemporaines* (IHRIC) e o *Institut Universitaire des Hautes Études Internationales*, de Genebra, organizaram colóquios franco-suíços que ensejaram a publicação *Relations Internationales*, que dedicou dois números especiais à discussão da política externa, o n. 14, de dezembro de 1975, e o n. 37, da primavera de 1984. Na década de 1980 o comitê *Franco-Italian d'Études Historiques* também realizou importantes colóquios a respeito do tema, assim como a *École Française de Rome*, que realizou três seminários sobre Opinião Pública e Política Exterior, respectivamente em 1981, 1984 e 1985. A década de 1980 também presenciou importantes eventos dedicados ao estudo de assuntos internacionais, destacando-se os Seminários da *Fondation Nationale des Science Politique*, os do *Comité d'Histoire de la Deuxième Guerre Mondiale* e do *Institut d'Histoire du Temps Présent*. Zara Steiner faz uma excelente síntese da história da disciplina no artigo já citado STEINER, Zara. *Op. cit.* passim.

⁷ RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introduction à l'histoire des relations internationales*. Paris: A. Colin, 1964.

⁸ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périt*. Une vision théorique des relations internationales. Paris: Publications de la Sorbonne, 1981.

⁹ GIRAULT, René. Présentation. In: RENOUVIN, Pierre. *Histoire des Relations Internationales*. Du Moyen Age à 1789. v.I. Paris: Hachette, 1994, p.II.

¹⁰ Ver: ALMEIDA, Paulo Roberto. Estudos de relações internacionais do Brasil: Etapas da Produção Historiográfica Brasileira, 1927-1992. *Revista brasileira de Política Internacional*, n.1, p.11-36, 1993; ALMEIDA, Paulo Roberto; *O estudo das relações internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia*. Brasília: L.G.E, 2006; SANTOS, Norma Breda dos. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. *História*. 2005, vol.24, n.1, pp. 11-39.

¹¹ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: UnB, 1983.

¹² CHEIBUB, Zairo Borges. *Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1984; Idem. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em perspectiva histórica. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

¹³ MOURA, Cristina Patriota de. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira*. Um estudo de carreira e socialização, Rio de Janeiro, FGV, 2007.

¹⁴ BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado. *História da Política exterior do Brasil*. 3 ed. Brasília: UnB, 2006.

¹⁵ SANTOS, Norma Breda dos. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. *História*. 2005, vol.24, n.1, pp. 11-39.

¹⁶ Em 1917 a sociedade vivenciou um período que foi denominado de Revolução Russa, marcado por conflitos que culminaram com a derrubada da autocracia russa e a chegada ao poder do Partido Bolchevique, liderado por Vladimir Lênin.

¹⁷ Os liberais recusavam o comunismo por entender que ele atentava contra o liberalismo político e econômico, por um lado sufocando a liberdade e colocando em prática o autoritarismo político e, por outro lado, destruindo o direito a propriedade através da estatização dos bens particulares.

¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva. São Paulo: FAPESP, 2002, p. 16-46.

¹⁹ BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado Luiz e, *Op. cit.* passim.

- ²⁰ SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013, p. 12-13.
- ²¹ A comunidade de política externa envolve bem mais do que os diplomatas profissionais, incorporando políticos, militares, magistrados, intelectuais e personalidades de relevo eventualmente chamadas a desempenhar cargos nas relações exteriores do país. Ver: ALMEIDA, Paulo Roberto de. Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5. In: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline e FREIXO, Adriano de. *Tempo negro, temperatura sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- ²² GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- ²³ Ver BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização*. Presença dos EUA no Brasil. 2 ed. São Paulo: SENAC, 1998; BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado Luiz. *Op. cit.* passim.
- ²⁴ Sobre a questão do anti-semitismo no Brasil da era Vargas, ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração 1930-1945*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002; Idem. *O Veneno da Serpente*. Reflexões sobre o Anti-semitismo no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2003; Idem. *Cidadão do mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados*. São Paulo: Perspectiva, 2010; e KOIFMAN, Fabio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ²⁵ SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai a guerra: o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. 3 ed. São Paulo: Manole, 2003.
- ²⁶ BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado Luiz. *Op. cit.*, p. 234-235.
- ²⁷ CANCELI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. 2 ed. Brasília: UnB, 1994.
- ²⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*
- ²⁹ NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e incendiários: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas e FAPESP, 2005.
- ³⁰ AYÇAGUER, Ana Maria Rodriguez. La diplomacia Del anticomunismo: la influencia del gobierno Getúlio Vargas em la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay com la URSS em diciembre de 1935. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXXIV, n. 1, p. 92-120, junho de 2008.
- ³¹ Sobre as relações exteriores do Brasil durante a ditadura militar, destacam-se os trabalhos de BARRETO, Fernando de Mello Barreto citados nas referências bibliográficas. Ver também: MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década 64/74. *Estudos Cebrap* n.12. 1975. p.55-98; PINHEIRO, Leticia. Unidades de decisão e processo de formulação de política externa durante o regime militar. In: J.A. Guilhom de Albuquerque, *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990) vol4. Prioridades, Atores e Políticas*. São Paulo, Annablume/Nupri, 2000. p.449-474 e VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- ³² GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. *Op. cit.* passim.
- ³³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 114.
- ³⁴ BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007, p. 182-190.
- ³⁵ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5. In: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline e FREIXO, Adriano de. *Op. cit.* p. 02.
- ³⁶ A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento consistia em um conjunto de ideias desenvolvidas no âmbito das Escolas Militares brasileiras (especialmente a Escola Superior de Guerra e a Escola de Comando do Estado Maior do Exército), a partir da influência das Forças Armadas dos Estados Unidos e das Forças Armadas da França, e que deu os fundamentos teóricos que justificaram a intervenção e permanência dos militares na política após o golpe de 1964.
- ³⁷ A respeito dos usos políticos da ideia de resistência ou de colaboração, ver: LABORIE, Pierre. *Les Français. De la guerre d'Espagne à la libération*. 2 ed. Lonrai: Desclée de Brouwer, 2001, p. 269-282.
- ³⁸ Refiro-me aos trabalhos de Pio Penna Filho e também ao livro de David do Nascimento Batista, citados nas referências bibliográficas.
- ³⁹ A ditadura deflagrada por Alfredo Stroessner, em 1954, e que se estendeu até o ano de 1989, configurou-se inicialmente nos moldes das ditaduras personalistas de Vargas (1937-1945) e Juan Perón (1946-1952), passando, ao longo da década de 1960, a incorporar elementos centrais da Doutrina de Segurança Nacional.
- ⁴⁰ Ver PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional*. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005; e QUADRAT, Samantha Viz.

Muito além das fronteiras. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá (orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

⁴¹ No capítulo intitulado “Encontro em Santiago”, John Dinges afirma, que “o encontro para criar a Operação Condor” foi realizado na capital do Chile, entre os dias 25 de novembro e 1 de dezembro de 1975, e reuniu coronéis, majores e capitães de 6 países do Cone Sul, todos funcionários do Serviço de Inteligência de seus respectivos países, a fim de discutir um projeto que teria sido elaborado pelo coronel Manuel Contreras, chefe da Dina (Agência de Inteligência do Chile, criada pelo general Pinochet por Decreto de 14 de junho de 1974), com o objetivo de realizar uma “coordenação efetiva” entre as ditaduras, para erradicar os grupos de oposição e rebeldes clandestinos em qualquer parte do mundo. Dinges faz tais afirmações com base no “depoimento de uma testemunha ocular do encontro e em dois documentos entregues aos participantes”, que eram, respectivamente, o programa e a agenda do evento, e a resolução final do Encontro com a assinatura dos chefes das delegações dos países que “ingressavam na nova organização do Chile”. Ver DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de Terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 30-47.

⁴² QUADRAT, Samantha Viz. *Op. Cit.*

⁴³ PADRÓS, Enrique Serra. *Op. Cit.*

⁴⁴ Expressão utilizada na documentação oficial produzida pelos órgãos de informações do regime, para se referir a brasileiros que levavam informações para os exilados e depois retornavam ao Brasil com orientações políticas.

⁴⁵ BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050-3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006; FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

⁴⁶ BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 65-66.

⁴⁷ Segundo Max Weber, a honra do servidor público está em executar conscienciosamente as ordens das autoridades superiores, mesmo que as ordens lhes pareçam erradas. O bom funcionário público pressupõe, portanto, disciplina moral e omissão voluntária. A partir de uma leitura da experiência do Nazismo na Alemanha e do Holocausto, Hannah Arendt, cujas reflexões políticas nortearam esta narrativa histórica, não exime de responsabilidade individual o servidor que, no cumprimento de suas funções públicas, executa ordens do Estado, mesmo sob a alegação de desconhecer a intenção de perseguir e eliminar opositores políticos. Arendt interpreta este tipo de comportamento como uma afronta à dignidade humana, que se sobrepõe às opções ideológicas ou disputas partidárias, e constitui o que ela denominou como “banalização do mal”.

⁴⁸ Ver a série de reportagens, publicadas entre 22 e 26 de julho de 2007, por meio do endereço eletrônico: <http://pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?id=85>.

⁴⁹ Ver a série de reportagens, publicadas entre 22 e 26 de julho de 2007, por meio do endereço eletrônico: <http://pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?id=85>.

⁵⁰ SEQUEIRA, Claudio Dantas. O pai do Serviço Secreto do Itamaraty. *Correio Braziliense*, Brasília, 23 jul. 2007.

⁵¹ Sobre a destacada atuação da cónsul Odette de Carvalho no combate ao comunismo através de atividades de informações, ver Setemy, *op. Cit.*, p. 107-115.

⁵² Idem, p. 655-656.

⁵³ Idem, p. 666.

⁵⁴ AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976,

⁵⁵ CORRÊA, Manoel Pio. *Op. Cit.*, p. 930.

⁵⁶ FERNANDES, Ananda Simões. *Op. Cit.*, p. 121.

⁵⁷ CORRÊA, Manoel Pio. *O Mundo em que vivi*. 3 ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v., p. 581.

⁵⁸ SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Op. Cit.*

⁵⁹ *Cadernos do CHDD*. Brasília: FUNAG, 2007, p. IX; TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

⁶⁰ As obras do embaixador Fernando de Mello Barreto são um exemplo dos trabalhos produzidos no âmbito do Instituto Rio Branco que interpretam a atuação da diplomacia no campo decisório da política externa brasileira como resultado do legado que lhes foi deixado pelo Barão do Rio Branco. Estas obras fazem parte de um processo mais amplo de construção e perpetuação da memória institucional do Itamaraty e dos símbolos e ícones que compõem uma “tradição inventada” para dar sustentação à identidade coletiva da diplomacia brasileira. Ver: BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do barão (1912-1964)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001, volume I; Idem. *Os sucessores do barão (1964-1985)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006, 2 v.

⁶¹ Verso da letra de autoria de Fernando Brant, “O que foi feito deverá”